

A face atual do fascismo



Por **TARSO GENRO***

O surgimento de Benito Mussolini e Jair Bolsonaro no cenário da democracia liberal guarda identidades essenciais

O Brasil teve, com o esgotamento do regime militar, uma das transições mais cavalheirescas para a democracia, comparativamente às transições dos nossos países irmãos da América Latina. O regime militar que se esgotaria com a dúbia Lei de Anistia – com todas as características ditatoriais que continha, apoiado por uma vasta parte da sociedade civil e por um sólido bloco empresarial, permitiu, esmagado o dissenso revolucionário que brotara de diversas formas, uma transição negociada.

Esta desemboca numa Constituinte derivada que, se abriu as cortinas para a democracia política, não eliminou a possibilidade de tutela militar sobre o Estado. Sequer permitiu, portanto, que a extrema direita castrense que integrava a sua estrutura de poder assumisse as suas responsabilidades perante os tribunais judiciais da própria história.

Essa extrema direita é que volta, portanto, potencializada e “legítima” para ser hegemônica no governo de Jair Bolsonaro. O quanto a história se repete e o quanto as experiências de luta pela emancipação e pela democracia podem ser aproveitadas em outras épocas? Nem tudo, quase nada. Os movimentos fascistas, que se proliferaram depois da Primeira Grande Guerra, e a derrota posterior do nazi-fascismo tiveram influência na conformação dos regimes liberais democráticos do mundo ocidental, especialmente depois da primeira metade do século passado. A história se repetirá? Sim, mas nem como farsa, nem como tragédia, certamente como mimese e caricatura: mais desbocada, mais reacionária, mais cínica e pretensiosamente mais violenta.

O que ocorre hoje no mundo – seguramente – é mais trágico do que aquilo que ocorreu nos anos que precederam aquela hecatombe da humanidade, e transcorrerá também como uma situação ainda mais complexa. Será mais difícil superar e vencer o fascismo estatal e societal que se incrusta cumulativamente no Estado e na sociedade civil. Este se renovou, com as novas *high-techs* informacionais, mas a democracia paralisou-se nas vertentes do medo da violência que dele exala. E a sociedade hoje é mais adequada à proliferação do ódio entre os desiguais, pois é na capacidade de consumo suntuário que se estabelecem as diferenças e as identidades na dialética da dominação, não mais quase exclusivamente pelo pertencimento a classes visíveis na contenda política, que sempre que queriam poderiam sentar-se em lugares próprios para negociar.

As classes não são as mesmas e tanto as suas expressões de ódio como as utopias definharam. A saúde do planeta declina mais dos que as grises rosas que nasciam das chaminés industriais do passado e as mortes infinitas podem proliferar como num jogo “limpo” do videogame geopolítico com suas populações alienadas dando a sua colaboração negacionista para as suas próprias mutilações morais, em várias partes do mundo. O fascismo de ontem não é o mesmo de hoje. Até porque o de hoje – por ser mais manipulatório e convincente nas entranhas do mercado – pode ser ilusoriamente mais fácil de vencer, o que é apenas um sonho do liberalismo político. Mas não é. Este artigo quer fazer uma reflexão sobre isso para os 50 dias do terceiro governo Lula.

a terra é redonda

No verão italiano de 1929, seriam comemorados os dez anos da fundação, por Benito Mussolini, do “*Fasci di Combattimento*”. Era a vasta rede organizada que a partir de 1919, composta por desordeiros, ex-combatentes, marginais massacrados pela miséria, pequeno-burgueses desesperados com a crise do pós-guerra – desempregados de todas as ordens –, tradicionalistas religiosos, todos dotados de uma santa fúria contra seu destino miserável, que formariam em 1921 os batalhões que se tornariam a malha dura do recém fundado Partido Nacional Fascista.

A emergência do Partido se batia contra a ineficiência da ordem liberal-burguesa malnascida através da violência, ele foi rasgando o que restava da sua coerência, desbastando as promessas vãs do liberalismo e suplantando as anúncios do novo mundo de igualdade que se originava das vozes à sua esquerda. As praças proletárias – sindicais, iluministas republicanas e socialistas – que não tiveram condições de travar o bom combate, não viram a “revolução” que vinha do seu flanco direito: aturdidos pelas esperanças sufocadas pelo medo, cansadas da polidez preguiçosa das alianças liberais-democráticas, as massas optaram pela destruição da democracia representativa.

No segundo volume de *O homem da providência*, de Antonio Scurati, o romancista-historiador segue de novo a figura histórica de Benito Mussolini e esclarece os fundamentos da derrota da razão: “Depois da Grande Guerra, milhões de italianos pararam de esperar a mudança e começaram a se sentir ameaçados por ela. O canto das praças se estrangulou em um grito. Um grito que não suplicava mais o futuro para enfim redimir o presente, mais intimava que o futuro permanecesse inciado. Não mais uma prece, mas um esconjuro”.

Em outubro 1927, escrevendo uma carta sobre a ocupação militar-colonial da Líbia, Mussolini revela a Luigi Federzoni – seu Ministro das Colônias – o espírito do movimento marginal à democracia, que passaria à apropriação total do Estado, de forma revolucionária: “eu digo que um camisa negra deve ser suficiente para manter o respeito da rarefeita população árabe da Líbia”. Ódio de classe, espírito colonial imperial e superioridade do “homo fascio” estão contidas na construção desta mensagem histórica.

Em 1999, no programa *Câmara Aberta*, Jair Bolsonaro diz sobre o Golpe de 1964: “Deveriam ter sido fuzilados uns 30 mil, a começar pelo presidente Fernando Henrique Cardoso”, para dizer depois, em 2008 – no Clube Militar –, contra a lei de Anistia: “o grande erro foi torturar, não matar”. O império da vontade como barbárie é o centro da subjetividade revolucionária do fascismo e o seu objetivo é amarrar os seres humanos na sua essencialidade natural, na disputa pela sobrevivência com a força selvagem da autoridade total.

Embora em situações históricas diferentes, o surgimento de Benito Mussolini e Jair Bolsonaro no cenário da democracia liberal guarda identidades essenciais. O amplo leque de classes de ambos os movimentos políticos, a substituição do argumento pelo ódio irracional a um grupo ou grupos adversários, a ampla participação popular na emergência de ambas as lideranças, a irrelevância dos “afetos” políticos à democracia, tudo combinado com a opção deliberada das lideranças empresariais e de grande parte das classes populares e setores médios, vibrantes para conviver ou apoiar a barbárie. Tudo fecha o cerco material desta vontade magnífica e apocalíptica.

A criação de uma nova identidade nacional específica, que transite da “identidade nacional-popular” – com base em classes sociais – (que negociam e podem se harmonizar) para a criação de uma “identidade mítica”, de coesão social com base em valores ancestrais ou tradicionais – que teriam existido remotamente numa sociedade próxima da perfeição –, seria o amálgama político da nova ordem de Jair Bolsonaro, se ele conseguisse implementar seu assalto golpista.

O que lhe faltou, porém, não foi a vontade mítica, mas o apoio explícito das nossas Forças Armadas e a capacidade organizativa para o seu “*Fasci de Combattimento*”, de escassas convicções ideológicas e alimentado pelos subsídios estatais contra a fome. Mas no imaginário bolsonarista, inúmeras frases lapidares tiveram uma abrangência social e uma universalidade surpreendente, que ainda ressoam através de diversas formas verbais nos ouvidos do povo. Uma delas: “temos que retornar à época que as empregadas tomavam café da manhã conosco”.

Todas as suas fórmulas buscavam fazer a vida mais simples e mais cordata. Desde que cada um aceitasse o seu lugar na

a terra é redonda

sociedade e condicionasse a sua ambição de “subir na vida”, a qualquer custo, ao espaço permitido pelo líder e assim permanecesse ilhado nos círculos restritos das suas corporações. Desde que as mulheres “aceitassem o seu papel”, os negros se conformassem com a sua subalternidade, os povos originários aceitassem passivamente a sua extinção e os homens se tornassem, seletivamente, “imbrocháveis”. E cada vez mais armados para “protegerem” as suas famílias do comunismo e da dissolução dos costumes que as tornaram pessoas “de bem”. A subjetividade fascista é um arquétipo construído conscientemente para ordenar as relações de dominação que vem da “natureza das coisas”.

Outras atitudes para a construção de “valores” da política bolsonarista, tais como o prestígio a grupos de execução sumária “de bandidos” (licença para matar de forma indiscriminada); direito das pessoas se armarem para se defenderem (só as “pessoas de bem” para se auto protegerem); a oposição à liberação do uso de drogas leves (combinada com a liberação, na prática, das drogas pesadas nas altas esferas sociais); e a crítica aos custos pesados e à burocracia excessiva, para a contratação do trabalho assalariado (especialmente para pequenas empresas de serviços e da produção industrial tradicional), ainda estão no imaginário popular, alimentando as fantasias justiceiras do fascismo. É sobre isso que devemos à curto prazo compor uma estratégia

A ausência de uma proposta arrojada de proteção social e de proteção laboral do novo mundo do trabalho, já majoritário, será sempre uma falta visível no início de qualquer governo democrático e ela somar-se-á a outras das questões-chaves que um governo como o de Lula deverá tratar o mais breve possível: um imposto de renda fortemente progressivo, uma proteção estrutural, fiscal e financeira aos pequenos negócios de serviços e comércio, espaço econômico não monopolista onde se formam os grupos de pensamento autoritário para combater a criminalidade que lhes assola, os impostos e taxas que lhes sufocam, objetivamente subsidiando o império dos bancos e os monopólios.

A formação de gestores experientes, inovadores e criativos, que irão operar no curto espaço de liberdade permitido à gestão financeira do Estado, nos países “de fora” do centro orgânico do sistema do capital, devem ser impulsionadas rapidamente. Os métodos tradicionais do pensamento social-democrata, baseados no ritualismo presencial – quando não integrado nos sistemas virtuais de informação, comunicação, controle e participação política – fundada nas novas tecnologias informacionais, logo serão irrelevantes. Estamos na crise política mais grave do sistema-mundo, que aliás o brilho da nossa política externa está se dando conta rapidamente.

É o período histórico de mais pragmatismo, amoralidade e perversidade nas políticas globais dos países capitalistas ricos, no qual os valores tradicionais da democracia política e do republicanismo tornam-se meros instrumentos para a formação de alianças militares com vistas às próximas batalhas geopolíticas. Na contramão desta batalha estratégica entre os países mais ricos, todavia, é que um país como o Brasil, com suas imensas riquezas naturais – avesso às guerras de conquista e ao exercício imperial –, pode ser a grande novidade democrática desta primeira metade de século, para emprestar dignidade à vida do seu povo e ajudar a derrotar o ora demônio revivido do fascismo em escala universal. O Brasil será do mundo à medida que for da América e de si mesmo, com seu povo sofrido redimido.

***Tarso Genro** foi governador do estado do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, ministro da Justiça, ministro da Educação e ministro das Relações Institucionais do Brasil. Autor, entre outros livros, de *Utopia possível* (Artes & Ofícios).